



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS N° 0005816-61.2013.8.17.0000 (0305643-1)
COMARCA: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Bodocó
IMPETRANTE: Maria Aparecida Feitosa Rodrigues
PACIENTE: José Laércio Menezes Angelim
PROCURADOR: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERROGATÓRIO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. RÉU FORAGIDO. ASSISTIDO POR ADVOGADO. ORDEM DENEGADA.

- I- Não há que se falar em nulidade, visto que o advogado constituído tomou ciência de todos os atos processuais, e o paciente, apesar de intimado, não foi interrogado por estar foragido.
- II- Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de **Habeas Corpus** n° 0305643-1, no qual figura como parte o acima nomeado, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 25 de 09 de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho- Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS N° 0005816-61.2013.8.17.0000 (0305643-1)
COMARCA: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Bodocó
IMPETRANTE: Maria Aparecida Feitosa Rodrigues
PACIENTE: José Laércio Menezes Angelim
PROCURADOR: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado por Maria Aparecida Feitosa Rodrigues, em favor de **JOSÉ LAÉRCIO MENEZES ANGELIM**, qualificado na fl. 02, com fulcro no art. 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal c/c o art. 648, I, do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BODOCÓ**, local em que o paciente responde à Ação Penal nº 0000451-63.2012.8.17.0290 pela prática tipificada no art. 121, § 2º(homicídio qualificado).

O presente *Habeas Corpus* foi redistribuído por prevenção a este Relator, em face de despacho (fl. 66), do Des. Mauro Alencar de Barros, diante da existência do *Habeas Corpus* nº0295061-4 em favor do paciente, referente ao mesmo processo- crime, o qual, sob a relatoria do Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida (relator convocado), foi julgado por esta Terceira Câmara em 17 de abril de 2013.

Em síntese, narra a impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, visto que foi proferida decisão de pronúncia sem a intimação pessoal, por hora certa, ou por edital do paciente para que fosse colhido seu interrogatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Diante do exposto, pugna, liminarmente, pelo sobrestamento da ação penal supra mencionada, diante da ausência do interrogatório do paciente, o que configura nulidade e, no mérito, requer a anulação dos atos praticados na fase posterior ao interrogatório e a designação do interrogatório legal, já que o mesmo não fora realizado. **Requer, ainda, intimação prévia pelo Órgão oficial (DJe) para fins de sustentação oral.**

À inaugural foram anexados documentos (fls.07/59).

Na Decisão Interlocutória (fls. 72/73) foi indeferido o pleito liminar, ocasião em que foram solicitadas informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou (fls. 81/85). O magistrado singular anexou documentos (85/180).

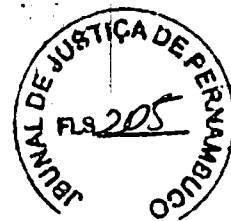
A Procuradoria de Justiça manifestou-se pela **denegação** da ordem (fls. 184/186).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, mediante o qual se pugna pelo sobrestamento da ação penal supra mencionada, diante da ausência do interrogatório do paciente, o que configura nulidade e, no mérito, requer a anulação dos atos praticados na fase posterior ao interrogatório e a designação do interrogatório legal, já que o mesmo não fora realizado

Em síntese, narra a Denúncia (fls. 11/13) que, no dia 02/05/2012, por volta das 08h30min, em frente ao prédio da COMPESA, no município de Bodocó-PE, o acusado LAÉRCIO MENEZES ANGELIM, agindo com intenso dolo, por motivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

fútil e impossibilitando a defesa da vítima, efetuou diversos disparos de arma de fogo contra a pessoa de João Batista Cardoso, causando-lhe a morte.

Consta que a motivação para o crime foi o fato de a vítima ter ido até a COMPESA, onde o denunciado exercia a função de gerente, e reclamado a este da persistente falta de água na rua onde mora, daí se iniciando uma discussão, que evoluiu para vias de fato entre ambos.

Encerrada a contenda, a vítima se dirigiu a sua bicicleta, para ir embora, ocasião em que o acusado foi até o veículo Fiat/Strada, placa NXV-8092, de propriedade da COMPESA, apanhou um revólver que estava no interior do mesmo. Em seguida, voltou e efetuou um disparo contra a vítima, que caiu ao solo e, ato contínuo, efetuou outros 04 (quatro) disparos.

Após a prática do crime, o acusado entrou no veículo da empresa, levando consigo a arma utilizada e fugiu no sentido da cidade de Exu-PE, abandonou o carro próximo à cidade de Moreilândia, tomou destino ignorado, estando em lugar incerto e não sabido.

A vítima foi socorrida, contudo, em razão da gravidade dos ferimentos, veio a óbito, antes de chegar ao Hospital Regional da cidade de Ouricuri- PE.

O juiz singular, ao prestar informações a este Juízo (fls.81/85), informou que a autoridade policial representou pela prisão preventiva do acusado, ora Paciente, em 02/05/2012, tendo o Ministério Público opinado favoravelmente, vindo a ser decretada dita custódia cautelar em 03/05/2012.

Aduziu, também, que o paciente foi denunciado em 11/05/2012, tendo o juízo recebido a denúncia em 16/05/2012, em continuidade o despacho foi publicado no Dje em 23/05/2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Ademais, relatou que o ora **Paciente se encontra foragido desde a data da ocorrência do crime**, tendo constituído advogado, que apresentou resposta à acusação em 06/07/2012 (fls. 22/23). Informou, ainda, que a audiência foi designada para o dia 14/02/2013 (fl.25), a defesa solicitou a antecipação da audiência (fl.26), tendo sido, então, a audiência remarcada para o dia 18/10/2012 (fl.27). **Nas folhas 28/29, constam os mandados de intimação para comparecimento em audiência, tendo sido devidamente intimado o advogado constituído pelo acusado, o qual na ocasião se encontrava foragido.**

Na ata de audiência (fl. 30), no dia 18/10/2012, consta a presença do advogado de defesa, constituído nos autos, Dr. Francisco Ricardo Teles Cavalcante. Tal audiência, diante do impedimento do promotor de comparecer ao ato, foi remarcada para o dia 26/10/2012, ficando, desde logo, intimados o advogado da defesa, o ministério público e todas as testemunhas.

No dia 26/10/2012, consta na ata de audiência (fls. 31/40) a presença do advogado Francisco Ricardo Teles Cavalcante, tendo este substabelecido para o ato, com reserva de poderes, uma procuração em favor da Dra. Keila Christianne Saraiva da Silva (OAB-PE nº 20.271), na ocasião as testemunhas foram inquiridas.

O Ministério Público apresentou alegações finais, requerendo a pronúncia do acusado (fls.41/46). A defesa, em 08/11/2012, apresentou as alegações finais (fls. 47/49), alegando que as provas juntadas aos autos não eram idôneas para o pronunciamento, pleiteou, dessa forma, pela absolvição do acusado.

Em 04/01/2013, o denunciado foi pronunciado e sua prisão preventiva foi mantida pelo fato de ter se furtado a aplicação da lei penal, já que se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

encontrou foragido durante todo o processo. Destacou (fl.109) que “o interrogatório do acusado deixou de ser realizado em virtude de o réu encontrar-se foragido”.

Ainda, de acordo com as informações prestadas pelo magistrado *a quo*, o **pronunciado e o advogado constituído, Dr. Francisco Rodrigues da Silva (OAB-CE nº 6.031 e OAB-PE nº 800-A), tomaram ciência, na secretaria do Fórum, da sentença de pronúncia em 10/04/2013.**

Informou, ainda, que, no dia 03/04/2013, foi concedido pelo E.TJPE salvo conduto em favor do ora paciente para se apresentar em juízo e ser julgado pelo Tribunal do Júri (fl.121). Em 15/04/2013, a defesa do acusado interpôs recurso em sentido estrito, o qual foi recebido em 07/05/2013.

Felta essa exposição, passo a análise do feito.

Verifica-se, ao analisar os autos, que não tem fundamento o que fora alegado pela impetrante quanto à necessidade de anulação dos atos praticados na fase posterior ao interrogatório diante da suposta ausência de intimação para a realização do interrogatório do acusado.

O juiz singular, ao prestar informações (fls.81/85), relatou que, embora o paciente estivesse foragido, houve a intimação, tendo, inclusive, sido constituído advogado para a realização da defesa.

Ademais, ao analisar os autos, percebe-se que não houve irregularidades: nas folhas 87/90, há carta de intimação e respectivo A.R enviados, em 11/06/2012, a advogada Dra. Laudicéia Rocha de Melo Barros; nas folhas 91/92, em 04/07/2012, o denunciado constituiu novo advogado, o qual apresentou alegações preliminares; na folha 25, consta despacho designando a audiência para o dia 14/02/2013, o advogado constituído, Francisco Ricardo Teles, solicitou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

a antecipação da audiência, o pedido foi atendido e foi remarçada para 18/10/2012 e, nas folhas 28/29, constam os mandados de intimação para comparecimento em tal audiência, tendo sido devidamente intimado o advogado constituído pelo acusado, o qual na ocasião se encontrava foragido; na ata da audiência do dia 18/10/2012 (fl. 30), consta que foi remarçada para o dia 26/10/2012, ficando, desde logo, intimados o advogado da defesa, o qual estava presente na ocasião, o ministério público e todas as testemunhas.

Percebe-se que a falta do interrogatório não foi proveniente da ausência da intimação do acusado, já que o paciente teve ciência de todos os atos processuais a ele impostos, tendo, inclusive o advogado por ele constituído participado de todo trâmite processual, mas sim, consoante afirmou o Procurador de Justiça (fl.185), pelo fato de se esquivar de prestar declarações. Além disso, consoante mostrado acima, as devidas intimações foram feitas.

Não há, portanto, que se falar em prejuízo, visto que o advogado constituído tomou ciência de todos os atos processuais e o paciente, apesar de intimado, não foi interrogado por estar foragido. Ademais, pode o interrogatório ser realizado em plenário do Júri, sendo, dessa forma, assegurada a ampla defesa. Segue jurisprudência:

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE INTERROGATÓRIO NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. RÉU FORAGIDO. ASSISTIDO POR ADVOGADO. 3. INCONFORMISMO NÃO ARGUIDO NO CURSO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PRECLUSÃO. 4. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Atento a essa evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a adotar decisões no sentido de não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no afã de verificar a existência de constrangimento ilegal evidente, a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. Prevalece no moderno sistema processual penal que eventual alegação de nulidade deve vir acompanhada da demonstração do efetivo prejuízo, consoante dispõe o art. 563 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu no presente caso. 3. Nada obstante o interrogatório do paciente não ter se realizado, por estar foragido, e, também, por manobras da própria defesa, certo é que de prejuízo não há falar, pois tal ato pode ser realizado em plenário do júri, assegurando-lhe a ampla defesa. 4. Habeas corpus não conhecido.

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

É como voto.

Recife/PE, 25 de 09 de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho

Relator